

ESTRUTURA FAMILIAR E TRABALHO NA GRANDE SÃO PAULO*

CRISTINA BRUSCHINI

da Fundação Carlos Chagas

RESUMO

O artigo descreve as transformações na família brasileira e paulista segundo os Censos a partir de 1960. Esta descrição introduz, como um cenário, dados do DIEESE de 1981 sobre a Grande São Paulo, que permitem descrever a família paulistana como predominantemente nuclear, jovem, com filhos menores de 7 anos e tendo em média 4,1 elementos. Uma análise da participação dos membros do grupo doméstico em atividades econômicas — conceito ampliado pela inclusão da categoria dos "biqueiros" — revela que a posição ocupada no núcleo determina, em parte, a natureza da atividade que será desempenhada. O exame das taxas de atividade dos indivíduos, por outro lado, comprova a ocorrência de significativas diferenças em seus níveis de participação econômica conforme as estruturas familiares nas quais se inserem e o momento do ciclo de vida familiar em que se encontram.

ABSTRACT

The article describes the changes in Brazilian, especially São Paulo's, families according to census since 1960. Based on 1981 data collected by inter-union agency DIEESE (independent from official census data collectors) it describes the family living in Great São Paulo as predominantly nuclear, young, with children under 7 and having 4.1 members in average. The analysis of member's participation in economic activity — using DIEESE's concept of *biqueiros*, workers performing informal sporadic and diversified services — shows that their position in the household partially determines the nature of activity to be engaged in. The study of individual activity rates, in turn, shows significant differences in their levels of economic participation bearing on the family structure to which they belong and on the moment of family life cycle they are in.

* Artigo extraído da tese de doutoramento da autora (Bruschini, 1986).

Foi somente em fins da década de 60 e início de 70, quando foi percebida como o cenário onde são tomadas as decisões sobre o comportamento reprodutivo, que a família passou a ter interesse como objeto de análise nos estudos demográficos (Oliveira, 1981). Apesar da percepção de seu importante papel como instância mediadora entre o nível individual e processos sociais mais amplos, contudo, a dinâmica interna própria à unidade familiar não foi levada em conta como elemento constitutivo da tomada de decisões em relação ao comportamento reprodutivo. Para a demografia, a família tem sido tomada como o lugar ou contexto onde os indivíduos atuam, mas sua dinâmica específica não é captada.

Reconhecido ao nível das formulações teóricas, o papel mediador da família encontrou alguns obstáculos para ser empiricamente apreendido. O primeiro deles foi o estabelecimento de critérios para a operacionalização do conceito. A definição da unidade familiar, tomando como critério a convivência das pessoas sob um teto comum, determina a apreensão da família residencial ou domiciliar; já a definição que leva em conta os vínculos do parentesco conduz à captação da família de interação. Obviamente, diferenças de estrutura e de tamanho são observadas conforme o critério adotado.

Enquanto nas Ciências Sociais, e particularmente na Antropologia, a família é definida como um grupo de pessoas ligadas por laços de sangue, adoção ou casamento, na Demografia, cuja fonte mais importante de dados tem sido os levantamentos censitários, o conceito definidor é a convivência sob o mesmo teto, que implica compartilhar despesas com o consumo de alimentos e de bens duráveis. A unidade de enumeração, nesse caso, é o próprio domicílio e a família é entendida como uma unidade de consumo, cujos elementos partilham uma "caixa" comum, um orçamento e um sistema de compras em conjunto.

O propósito da análise é, enfim, o que vai definir a unidade de referência. Se o objetivo é identificar a unidade econômica, o critério de parentesco não será o mais importante, mas sim o fato das pessoas compartilharem ganhos e gastos. Mas, se o papel da família for pensado em termos de sua dinâmica interna e suas relações com a dinâmica demográfica em geral, torna-se indispensável o conhecimento do parentesco, sobretudo a identificação dos núcleos conjugais presentes no domicílio (Altmann, 1984a).

Na verdade, a definição de família adotada pela Demografia tem, como pressuposto, o modelo nuclear — marido, mulher e filhos, nos limites da moradia — tal como definido pela corrente funcionalista de pensamento (Parsons e Bales, 1955), o que explica os argumentos de que a estrutura domiciliar e a de parentesco significam coisas muito semelhantes. No Censo brasileiro a definição da unidade familiar considera também o parentesco, desde que circunscrito ao âmbito da residência comum. Família, no Censo, é o "conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica, que vivem no mesmo domicílio, ou pessoa que vive só, em domicílio particular". É também considerada "família" todo "conjunto de, no máximo, 5 pessoas vivendo em domicílio particular, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica" (IBGE, 1983, p. xxv).

São caracterizadas como famílias *únicas* nos Censos aquelas que ocupam sozinhas um domicílio particular e como *conviventes* as famílias de, no mínimo, duas pessoas

cada, convivendo no mesmo domicílio, até o limite de 3 famílias por domicílio. As famílias únicas predominam amplamente sobre as conviventes, cuja proporção, entretanto, cresceu ligeiramente na década de 70: em 1970, as famílias conviventes não passavam de 9,6% do total; em 1980 essa cifra atinge 10,4%, (Altmann, 1984a).

O Censo considera como "domicílio" o local de moradia estruturalmente independente, composto de um ou mais cômodos, com entrada privativa. "Por extensão, são considerados também como domicílios, prédios em construção, embarcações, veículos, barracas, tendas, grutas e outros locais que estejam sendo utilizados para moradia na data do Censo" (IBGE, 1983, p. xxxiii). São domicílios particulares aqueles habitados por uma, duas ou três famílias e domicílios coletivos os ocupados por grupos conviventes (conventos, quartéis, asilos etc.) ou por mais de três famílias.

O mapeamento do grupo familiar, nos recenseamentos, se dá inicialmente através da identificação de um chefe, cujas características são captadas e com o qual as demais pessoas do grupo são relacionadas.

Crítérios como autoridade e responsabilidade econômica pelo grupo, combinados numa só pessoa, têm orientado empiricamente a identificação do chefe na maior parte das pesquisas.

Como apropriadamente lembra Jelín (1983), os critérios e categorias censitárias são produto das representações sociais dominantes no local e no momento em que se formaram. Uma vez que os censos e as pesquisas domiciliares foram elaborados nos países ocidentais centrais, suas categorias refletem a ideologia familiar dominante nesses países, segundo a qual o homem é a autoridade máxima da família e o responsável pelo seu sustento econômico.

A realidade, no entanto, é sempre muito mais complexa do que as categorias censitárias permitem apreender, principalmente se o contexto é diferente daquele no qual o critério foi gerado. Assim, em inúmeras situações é extremamente complexo identificar a figura do chefe do grupo: no caso da presença de várias gerações no domicílio, por exemplo, enquanto o sustento econômico pode estar a cargo de um filho, o homem mais velho pode continuar sendo o elemento revestido de autoridade perante todo o grupo.

Quando a autoridade ou a responsabilidade econômica pelo sustento da casa estão a cargo de um elemento do sexo feminino, dificilmente a mulher é classificada como chefe, uma vez que os procedimentos censitários se baseiam no modelo de família nuclear, de tradição patriarcal, no qual predomina a rígida assimetria de papéis sexuais, cabendo ao homem o sustento econômico do grupo, através do trabalho remunerado, e à esposa a organização da casa, a administração dos gastos e os cuidados com os membros da família. A partir desta ótica predominante, as mulheres só são consideradas chefes de família na ausência do cônjuge, como no caso de viúvas ou separadas.

Na década de 70, mudanças de valores em relação ao papel da mulher na sociedade e sua participação cada vez mais intensa na força de trabalho provocaram o questionamento desse modelo e sua revisão até o nível da organização das estatísticas que o retratam (Bruschini e Madeira, 1983). Críticas foram incorporadas pelos organismos responsáveis pelas coletas oficiais (IUPERJ, 1979). A partir do

Censo de 1980, os próprios elementos do núcleo familiar apontam a pessoa que será considerada como chefe, que foi a estratégia adotada para contornar dificuldades com a identificação do chefe em qualquer situação.

A auto-identificação do chefe, pelo próprio grupo, contudo, acaba incorrendo em outras dificuldades, como a multiplicidade de critérios, a subjetividade e a ausência de acordo entre os membros. A eliminação da categoria "chefe", apesar de sua ambigüidade, por outro lado, poderia obscurecer ainda mais a captação da realidade social, sendo também questionada (Jelín, 1983). Outras soluções, portanto, deverão ser buscadas para essa e outras dificuldades¹, em levantamentos de tipo censitário sobre famílias.

FAMÍLIAS BRASILEIRAS E PAULISTAS SEGUNDO OS CENSOS

Mesmo com as limitações apontadas em relação à apreensão do conceito de família em qualquer levantamento censitário, e considerando dificuldades específicas ocorridas com o Censo de 1960², Lopes (1976) traça um retrato da família brasileira com base nos dados do recenseamento daquele ano.

Classificando as famílias, segundo a composição do parentesco, em unipessoais (um só indivíduo), nucleares (chefe e cônjuge ou só chefe, com ou sem filhos solteiros), extensas (nucleares acrescidas de um parente) e compostas (nucleares e outro elemento não-parente no domicílio) Lopes observa o predomínio no Brasil de famílias nucleares (68,9%) seguidas pelas famílias extensas (22,2%) e a presença de cerca de 5,3% de domicílios unipessoais³. Em 1960 as famílias brasileiras têm, em média, 5 elementos, exceto empregadas domésticas e hóspedes; esse número varia segundo a situação geográfica do domicílio, o tipo de família, o sexo e a idade do chefe. As unidades familiares são maiores na zona rural do que na urbana e entre as famílias extensas e compostas, por oposição às nucleares. As famílias chefiadas por mulheres são mais reduzidas (3,6 elementos) do que as chefiadas por homens (5,2); em relação ao ciclo de vida, as famílias tendem a ser menores nas etapas de formação e dissolução do núcleo conjugal, em comparação às fases intermediárias, quando costumam ser mais amplas. É preciso lembrar, porém, que o tamanho da família também está associado à estrutura etária da população. Assim, quanto mais jovem for a população, conseqüentemente com maior número de crianças, será menor o número de famílias, porém elas serão maiores. A redução no tamanho das famílias brasileiras, observada em todas as regiões do país no período 1970-80 poderia, portanto, ser o resultado tanto do relativo "envelhecimento" da população nessa década, quanto da intensa queda da fecundidade constatada no período.

Em relação à composição do parentesco, Altmann (1984a) adota classificação semelhante à de Lopes (1976), exceto pela inclusão das unidades unipessoais entre as nucleares e observa o predomínio das nucleares sobre as demais, tendência essa que se intensifica no período 1970-80 (de 78,4% a 80,7% de nucleares). A porcentagem de famílias extensas, nas quais se observa a presença de um parente no núcleo conjugal, é da ordem de 16% nos dois momentos observados. Os domicílios unipessoais correspondem a 5,1% do total tanto em 1970 quanto em 1980.

Observando, ao longo do tempo, as transformações sugeridas a partir dos dados dos Censos de 60, 70, e 80, constata-se uma diminuição no tamanho médio da família (de 5 elementos em 1960 para 4,4 em 1980) e uma tendência à nuclearização (74,2% em 1960, se forem consideradas as nucleares e as unipessoais em conjunto, para 80,7% em 1980) com a conseqüente redução do número de famílias que contam com a presença de parentes residindo no local (de 22,2% em 1960 para 16% em 1980)⁴. Esses dados são confirmados por Pastore, Zylberstajn e Pagotto (1983) para a década de 70: a diminuição das taxas de crescimento demográfico e o relativo envelhecimento da população brasileira são acompanhados por uma redução no tamanho da família e, concomitantemente, pelo aumento do número de famílias, principalmente as muito jovens, graças a um acelerado processo de nuclearização. No mesmo período, verifica-se também uma redução no percentual de famílias extensas ou ampliadas e um aumento significativo no percentual de famílias chefiadas por mulheres.

Além dessas transformações Altmann (1983) aponta outras que fazem dos anos posteriores a 60 um período de transição demográfica: a secularização dos casamentos é acompanhada de um aumento significativo do número de uniões livres. Cresce o número de famílias e diminui seu tamanho médio. Amplia-se o número de mulheres chefes de família, sobretudo solteiras, gerando novas unidades, em geral menores, tanto pela ausência do cônjuge quanto pela menor fecundidade, própria às mulheres solteiras e em uniões livres.

Oliveira e Berquó (1989) enfatizam, para a década de 70, tanto o crescimento das uniões consensuais, que passam de 6,5% para 11,8% do conjunto das famílias em 1980, quanto o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, em decorrência do predomínio de viúvas sobre viúvos na população, do aumento das separações e da maior incidência de mães solteiras nesse período. Segundo Castello Branco (1989), que analisou dados da PNAD até 1987, essas tendências não mostram nenhum indício de reversão mas, ao contrário, parecem se intensificar ao longo dos anos 80.

1 Apesar das óbvias vantagens de amplitude e abrangência, além de permitir a análise de transformações ao longo do tempo ou intra-regionais, os levantamentos censitários apresentam várias limitações: no caso da análise da família, a visão estática que apresentam impede a captação de seu dinamismo, da dinâmica interna do grupo, e o conceito de ciclo de vida só pode ser inferido por indicadores indiretos, como a idade do chefe (v. Altmann, 1984a; Lopes, 1976, entre outros); outras deficiências são observadas no momento da coleta — através de um só informante — ou da apresentação dos dados, que requer tabulações especiais para estudos da família.

2 Altmann (1984a) relata que as fitas contendo as informações do recenseamento de 1960 ficaram guardadas durante quase 17 anos, o que deve ter afetado a qualidade do material.

3 A categoria "família unipessoal", cuja utilização é clássica nos estudos demográficos, é substituída neste trabalho por "domicílio unipessoal", uma vez que não se concorda — mesmo quando se adota o critério residencial para a identificação dos núcleos familiares — que um indivíduo morando só constitua uma família. Para uma discussão pormenorizada sobre os limites dos conceitos de família em várias disciplinas, ver Bruschini (1990).

4 A redução do número de parentes na família não significa, necessariamente, melhores condições de vida; houve, inclusive, um incremento, embora pequeno, no número de famílias que convivem no mesmo domicílio.

Algumas das características assinaladas para a família brasileira apresentam-se com maior intensidade na região Sudeste, cujo estado mais importante, São Paulo, concentra 49,6% das famílias brasileiras. Aqui também o número de famílias aumenta e a família se torna cada vez menor e mais nuclearizada. O dinamismo da economia provavelmente contribui para a formação de novos núcleos conjugais, criando condições favoráveis através da maior geração de empregos.

O aumento da participação da mulher na força de trabalho, mais marcante em São Paulo do que no país como um todo (Bruschini, 1989) refletindo a maior capacidade de oferta de emprego no pólo mais desenvolvido da nação, contribui para algumas transformações significativas na estrutura da família. As mulheres participam cada vez mais, na qualidade de chefe, de novos arranjos conjugais, ao mesmo tempo em que se reduz o tamanho da família pela diminuição da fecundidade, que é menor entre as mulheres economicamente ativas (Barroso, 1987). As famílias chefiadas por mulheres passam, na região, de 12% a 16% na década de 70 e, como nas demais regiões do país, tendem a ser menores e de organização mais complexa, pela inclusão de outros elementos, em geral parentes, no núcleo domiciliar.

A ampliação do número de uniões, sobretudo as do tipo legal e consensual, pode ser verificada com maior intensidade na região Sudeste se comparada ao país como um todo. Altmann (1984b) sugere que a conjugação de inúmeros fatores, como o desenvolvimento industrial, a urbanização, as correntes migratórias, alterações na divisão sexual do trabalho e o surgimento de uma nova moral sexual, seria responsável por essas alterações, provocando a formação de mais famílias, menores e do tipo consensual. A constatação de Berquó e Loyola (1984) de que o aumento de uniões livres em todo o país se apresenta em todas as camadas sociais, parece indicar que este arranjo pode ser explicado não só por razões econômicas, mas também como uma das conseqüências possíveis da liberação dos costumes.

É este o panorama geral no qual se insere a família paulistana no início da década de 80, como veremos a seguir.

A FAMÍLIA NA GRANDE SÃO PAULO

A caracterização das famílias da Grande São Paulo, neste trabalho, foi feita através de dados levantados pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) em 1981, na pesquisa "Padrão de vida, emprego e desemprego na Grande São Paulo", que atingiu uma amostra de 2000 domicílios da metrópole⁵. Foi aplicado a todos os moradores um conjunto de questionários que permitiu caracterizar tanto a unidade doméstica em seu conjunto quanto cada um dos residentes, segundo sua posição na família e sua condição de emprego ou desemprego.

Apesar de adotar critérios semelhantes aos censitários, o registro de todas as informações colhidas tendo como unidade de cômputo tanto o indivíduo quanto a unidade domiciliar na qual ele está inserido cria possibilidades de análise mais enriquecedoras do que aquelas que se podem obter através dos Censos, exceto no caso de tabulações especiais. Nos limites da unidade residencial, uma

vez que foi esta a definição utilizada pelo DIEESE, que gerou os dados, a família pode ser descrita com maior precisão através de critérios como tipos de arranjos familiares e ciclos de vida, e as atividades econômicas de seus membros podem ser analisadas levando-se em conta sua inserção em estruturas familiares de composição e ciclos de vida diversificados. Neste artigo procuramos mostrar como isto foi feito.

Estrutura familiar paulistana

Composição do parentesco

As famílias paulistanas foram classificadas em nucleares, extensas, compostas e outras, segundo a composição do seu parentesco. As *nucleares* incluem tanto o casal, com ou sem filho ou filhos solteiros quanto um dos cônjuges com filho ou filhos solteiros; as famílias *extensas* são as nucleares acrescidas da presença de um ou mais parentes no domicílio; as *compostas* são as nucleares que contam com a presença de uma ou mais pessoas não aparentadas (exceto empregada doméstica) residindo no domicílio. A categoria "*outra*" inclui os chamados domicílios individuais ou impessoais (chefe sozinho) e os grupos compostos por pessoas não aparentadas residindo no mesmo domicílio.

A distribuição das famílias da Grande São Paulo segundo a composição do seu parentesco (Tabela 1) mostra o predomínio absoluto de famílias nucleares (cerca de 74%), tal como tem sido constatado na maior parte dos estudos demográficos que se dedicam ao tema. Seguem-se as famílias extensas, que são aquelas que contam com a presença de um morador parente, numa porcentagem relativamente elevada (20,3%) se comparada aos dados apontados anteriormente para o país e a região Sudeste, que mostravam um percentual não superior a 16% de

TABELA 1

Distribuição das famílias por tipo (quanto à composição de parentesco), segundo a localização do domicílio (em%)
Grande São Paulo, 1981

TIPO DE FAMÍLIA	CAPITAL	OUTROS MUNICÍPIOS	TOTAL
Nuclear	72,0	77,5	73,6
Extensa	20,8	19,2	20,3
Composta	2,0	0,9	1,7
Outro	5,3	2,4	4,4
TOTAL	100,0 2.018.861	100,0 839.249	100,0 2.858.110

Fonte: DIEESE, 1981.

5 Apesar do nosso interesse não estar, no momento de iniciar essa pesquisa, particularmente centrado, como no caso do DIEESE, na análise das condições de emprego e desemprego da população, mas sim na caracterização sócio-demográfica das famílias paulistanas, esse órgão sindical nos cedeu uma cópia em fita do arquivo de dados, assim como nos facilitou o acesso aos endereços de alguns domicílios, posteriormente visitados por nós para o levantamento de dados sobre a vida familiar cotidiana, tema central da tese da qual o capítulo que deu origem a este artigo faz parte. Realizado sob nossa orientação, o processamento dos dados aqui apresentados, feito por Miriam Bizzochi, é de nossa inteira responsabilidade. Mais uma vez, agradecemos ao DIEESE sua valiosa colaboração.

TABELA 2

**Distribuição das famílias por renda do chefe segundo o tipo (em%)
Grande São Paulo, 1981**

RENDA DO CHEFE \ TIPO DE FAMÍLIA	NUCLEAR	EXTENSA	COMPOSTA	OUTRO	TOTAL
Não declarou	5,8	5,4	1,7	5,2	5,6
Até 2 SM	17,1	22,6	34,6	32,3	19,2
+ 2 a 5 SM	29,7	36,9	42,1	22,3	31,0
+ 5 a 10 SM	24,3	20,2	8,8	21,9	23,1
+ 10 SM	23,1	14,8	12,7	18,2	21,0
TOTAL	100,0 2.102.655	100,0 580.785	100,0 47.710	100,0 126.960	100,0 2.858.110

famílias desse tipo. É provável que a intensidade do processo migratório para esta região, na qual o dinamismo da economia propicia a maior geração de empregos, favoreça a ampliação da família, mesmo que temporariamente, pelo acréscimo de elementos recém-chegados. Segundo relatório da Fundação SEADE (1983) o continuado processo de migrações internas para a Grande São Paulo desde 1950 fez com que, em 1980, apenas 42% de sua população fosse natural da própria área.

Enquanto a distribuição observada na Capital, onde o volume de famílias é muito maior, é semelhante à do conjunto dos dados, observam-se algumas diferenças interessantes nos demais municípios, nos quais se acentua a presença de famílias nucleares em comparação a outros arranjos; estes parecem encontrar condições mais propícias à sua presença na Capital, seja pela diversificação de oportunidades de trabalho e escola, seja pelo predomínio de valores favoráveis a estilos "modernos" de vida. A presença de 5,3% de domicílios unipessoais e grupos de pessoas não aparentadas (outra) na Capital, em comparação a 2,4% de famílias dessa categoria nos demais municípios, sugere a existência de pensões, repúblicas e arranjos domésticos mais individualizados.

Uma nítida associação entre níveis de rendimento e estruturas familiares, por outro lado, tem sido comprovada em vários estudos, que revelam que as famílias mais pobres tendem a incorporar ao núcleo novos elementos como forma de maximizar os rendimentos e racionalizar os gastos (Altmann, 1983; Garcia, 1982, 1983). A possibilidade de participação da mulher na força de trabalho — pela presença no domicílio de outro elemento, em geral do sexo feminino, que se encarrega dos afazeres domésticos e familiares — pode muitas vezes orientar também o núcleo conjugal à busca de arranjos deste tipo. Os dados da Tabela 2 mostram a maior incidência de famílias extensas, compostas e de outro tipo na faixa mais baixa de renda⁶ (até 2 s.m.), sugerindo que também na Grande São Paulo a incorporação de outro membro, parente ou não, ao núcleo conjugal se dá como estratégia para ampliar os recursos necessários para sobrevivência do grupo.

Ciclo de vida

As famílias paulistanas são predominantemente jovens: mais da metade delas (53,1%) tem filhos cuja idade não ultrapassa os 14 anos (Tabela 3).

O conceito de ciclo de vida⁷ permite, até certo ponto, apreender a dimensão temporal da família. Na ótica do ciclo vital, eventos como o casamento, o nascimento e a morte são vistos como momentos de alteração nas relações e na composição das unidades familiares. A utilização do conceito de ciclo de vida permite apreender a dinâmica interna

6 Foi utilizada, como indicador de nível sócio-econômico, a variável renda do chefe. Esta opção, que certamente está longe de ser a ideal, apoiou-se em dois fundamentos. O primeiro deles é a associação espúria, pré-existente, que as demais variáveis comumente utilizadas, renda familiar e renda familiar *per capita* mantêm com a estrutura e o tamanho da família. De um lado, a renda familiar reflete o conjunto obtido pela soma dos rendimentos dos vários elementos da família que trabalham, sendo razoável concluir que a ampliação do número de elementos na família se refletiria no maior nível de renda, se se imaginasse uma situação na qual todos os indivíduos da família fossem economicamente ativos. No caso do conceito de renda *per capita*, que associa os níveis de rendimento familiar à estrutura demográfica da família, tal relação é inversa, porque a ampliação do grupo se refletiria também no maior número de componentes pelos quais "dividir" a renda global. Nesse caso, quanto maior a família, mais baixo seria seu nível de renda. Por outro lado, a utilização da variável renda familiar *per capita* corre sempre o risco de misturar, na mesma faixa de renda, estruturas familiares distintas que, neste trabalho, nos interessa precisamente desvendar.

O segundo argumento a considerar é o fato de que, apesar da presença cada vez mais significativa de outros membros do grupo familiar em atividades econômicas, a renda do chefe continua sendo a parcela mais significativa dos orçamentos familiares. A utilização deste critério, por outro lado, não deverá obscurecer seja a estrutura demográfica da família, seja a participação de todos os seus membros em atividades econômicas, já que a análise de ambas constitui o objetivo central deste trabalho.

7 Apesar das inúmeras dificuldades metodológicas para a operacionalização do conceito, o ciclo de vida familiar tem sido captado recorrendo-se a diversos indicadores. A idade do chefe da família ou do grupo domiciliar é o mais frequente deles, mas o tempo de duração da união ou a composição etária de toda a unidade, relacionando o homem e a mulher em termos das idades dos filhos, são também utilizados. O conceito de ciclo de vida foi aqui explorado a partir de dados sobre a idade do chefe, idade e presença dos filhos.

As famílias foram classificadas em cinco categorias: famílias em fase de formação, sem filhos e chefiadas por indivíduos com menos de 45 anos; as que estão em fase de expansão ou amadurecimento, cujos filhos têm menos de 7 anos, entre 7 e 14 anos, ou mais de 15 anos, e as famílias em fase de dispersão quando o chefe é mais velho (mais de 45 anos) e os filhos já se retiraram do domicílio.

do núcleo familiar como uma estratégia voltada para a busca de equilíbrio entre os recursos disponíveis em cada fase e as necessidades a serem satisfeitas. A presença na unidade de crianças pequenas, ou "consumidores", sugere a necessidade de arranjos específicos do núcleo, tanto em termos de recursos econômicos quanto no que se refere às tarefas domésticas, mesmo que a família já tenha filhos maiores.

É evidente a associação entre a composição do parentesco e os vários momentos do ciclo de vida familiar (Tabela 3). Quando o chefe é relativamente jovem e não tem filhos, a família pode ser mais freqüentemente de outro tipo, mas tende a se converter em nuclear pela chegada dos filhos, novamente se alterando, no final do ciclo, com a saída destes do núcleo domiciliar.

Tamanho da família

O tamanho das famílias paulistanas foi abordado através de dados referentes ao número de pessoas residentes no domicílio, exceto as empregadas domésticas. Constatou-se que a família mais freqüente na região da Grande São Paulo apresenta um número médio de 4,1 elementos. O predomínio de famílias nucleares e de um número médio de 2 filhos por família sugere a maior presença da família composta pelo casal e dois filhos. Relativamente poucas famílias contam com outros parentes ou agregados residindo no mesmo domicílio; cada família, em média, não chega a ter outro parente ou agregado co-residindo no núcleo conjugal (o número médio de outros membros em toda a amostra é 0,5).

Como se pode constatar pela Tabela 4, quase um quarto das famílias são compostas por 4 elementos, seguidas, muito de perto, pelas famílias de 3 e de 5 componentes. Tal configuração se aproxima daquela observada para a área urbana do Estado de São Paulo, em 1980, a qual, no entanto, acusa a presença de um percentual um pouco mais elevado de famílias compostas de um número menor de pessoas.

Além de relativamente pequenas, as famílias paulistanas, seguindo tendência observada para todo o país, vêm gradativamente reduzindo de tamanho. Segundo dados analisados pela Fundação SEADE (1983), por exemplo, seu tamanho médio alterou-se de 4,3 para 3,9 no período de 1970 a 1981.

O tamanho da unidade familiar, por sua vez, está intimamente associado tanto aos níveis de rendimento familiar, quanto às próprias características demográficas do grupo, como ciclo de vida, composição do parentesco e sexo do chefe.

A Tabela 5 sugere não haver uma relação unívoca entre renda e tamanho da família, embora as famílias muito numerosas, como as de mais de 7 elementos, sejam realmente muito mais freqüentes nas faixas de mais baixa renda, em toda a Grande São Paulo.

Já a relação entre o tamanho do grupo e suas características demográficas é bastante evidente. Enquanto o tamanho médio da família é de 4,1 elementos, quando se examina cada ciclo de vida em particular (Tabela 6), verifica-se que o número médio de elementos que, na fase de formação é de 2,5, amplia-se consideravelmente com a chegada dos filhos, passa a declinar com a maturidade e, mais ainda, na fase de dispersão. O predomínio absoluto de famílias nucleares entre as que estão em formação indica que a presença de filhos e não de parentes é que atua de maneira significativa para aumentar a família nas fases de expansão e maturação do seu ciclo vital. Composição do parentesco e tamanho do núcleo familiar estão, portanto, indissolúvelmente associados. Se as famílias extensas e compostas obviamente se ampliam pela presença no núcleo familiar de outro membro, parente ou não, as famílias de outro tipo podem ser mais claramente associadas aos domicílios unipessoais do que a grupos, em virtude do seu reduzido tamanho.

A relação entre o tamanho da família e a região na qual se localiza o domicílio, com predomínio das menores unidades na Capital, como de resto já havia sido apontado nos primeiros estudos do DIEESE (Barelli e Andrauss, 1982), só

TABELA 3

Distribuição das famílias por categoria de ciclo de vida, segundo o tipo (em%)
Grande São Paulo, 1981

TIPO DE FAMÍLIA	CATEGORIA DE CICLO DE VIDA	CHEFE DE - 45 ANOS	FILHOS DE - 7 ANOS	FILHOS DE 7 A 14 ANOS	FILHOS DE 15 ANOS E MAIS	CHEFE DE 45 ANOS E MAIS	TOTAL
Nuclear		6,0	39,0	22,6	23,3	9,1	100,0 2.102.655
Extensa		19,2	21,7	13,5	31,4	14,2	100,0 580.785
Composta		31,8	29,7	2,8	23,9	11,7	100,0 47.710
Outro		43,3	-	-	3,2	53,6	100,0 126.960
TOTAL		10,8 307.822	33,6 959.699	19,5 555.945	24,1 687.741	12,1 346.903	100,0 2.858.110

Fonte: DIEESE, 1981.

TABELA 4

Distribuição das famílias por número de componentes segundo a localização (em%) Grande São Paulo, 1981		
NÚMERO DE COMPONENTES	GRANDE SÃO PAULO ¹	SÃO PAULO (EST.) ZONA URBANA ²
1	4,1	5,4
2	15,8	18,7
3	18,6	22,1
4	23,2	21,9
5	17,1	15,1
6	8,8	7,8
7 a 10	11,3	8,3
11 e +	1,1	0,6
TOTAL	100,0 2.858.110	100,0 5.583.781

Fontes: ¹DIEESE, 1981.²Censo 1980, Tabulações Avançadas.

TABELA 6

Tamanho médio das famílias segundo categoria de ciclo de vida, composição de parentesco, sexo do chefe e localização Grande São Paulo, 1981

	NÚMERO MÉDIO DE COMPONENTES		
	GRANDE SÃO PAULO	CAPITAL	OUTROS MUNICÍPIOS
Ciclo de vida			
Chefe com - de 45 anos	2,5	2,4	2,7
Filhos de - de 7 anos	4,9	4,8	5,1
Filhos de 7 a 14 anos	5,0	5,0	5,0
Filhos de 15 anos e +	4,1	4,1	4,3
Chefe com 45 anos e +	2,1	2,1	2,1
Composição de parentesco			
Nuclear	4,1	4,0	4,3
Extensa	4,8	4,7	5,1
Composta	4,9	5,0	4,6
Outro	1,1	1,1	1,1
Sexo do chefe			
Masculino	4,3	4,2	4,4
Feminino	3,2	3,0	3,9
TOTAL			4,1

Fonte: DIEESE, 1981.

TABELA 5

Distribuição das famílias por número de componentes segundo a renda do chefe (em%) Grande São Paulo, 1981

RENDA DO CHEFE	NÚMERO DE COMPONENTES								TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7 A 10	11 OU +	
Não declarou	4,2	13,2	15,7	25,7	21,7	6,1	11,3	2,0	100,0 160.317
Até 2 SM	7,3	23,6	10,6	20,7	13,5	9,1	14,3	0,9	100,0 548.564
+ 2 a 5 SM	2,8	13,6	18,6	20,7	16,9	9,1	16,7	1,6	100,0 886.833
+ 5 a 10 SM	3,7	15,6	23,1	21,4	17,4	9,4	8,3	1,1	100,0 661.424
+ 10 SM	3,6	13,0	21,9	30,6	18,9	8,2	3,7	0,0	100,0 600.973
TOTAL	4,1	15,8	18,6	23,2	17,1	8,8	11,3	1,0	100,0 2.858.110

Fonte: DIEESE, 1981

se altera no caso da família composta, que tende a ser ligeiramente maior na Capital (5 membros) do que nos demais municípios da Grande São Paulo (4,6 membros), sugerindo arranjos decorrentes de maiores oportunidades de emprego na Capital.

Sexo do chefe

O sexo do chefe da família também afeta seu tamanho. As famílias chefiadas por mulheres que, na Grande São Paulo de 1981, constituem 14,1% do total das famílias, apresentam um número médio de 3,2 membros, enquanto as chefiadas por homens mostram um tamanho médio de 4,3 (Tabela 6). A associação entre tamanho da família e sexo do chefe ocorre porque são definidas como de chefia feminina apenas aquelas nas quais não há provedor do

sexo masculino e que estão nessa situação devido à dissolução do casamento, ao abandono, morte ou inexistência do marido.

Examinando o mesmo fenômeno de outro ângulo (Tabela 7), constata-se a presença de percentuais muito mais elevados de famílias menos numerosas entre aquelas cujo chefe é do sexo feminino, principalmente na Capital. Mas o que é marcante nos dados da Tabela 7 é o elevado percentual de domicílios unipessoais entre os chefiados por mulheres, principalmente na Capital, em comparação com os outros municípios da Grande São Paulo. Tais dados sugerem a confirmação das hipóteses levantadas por Altmann (1983) e por Berquó e Loyola (1984) referentes ao aumento de unidades encabeçadas por mulheres solteiras ou de uniões livres sem residência comum.

TABELA 7

Distribuição das famílias por número de componentes, renda do chefe, composição de parentesco e ciclo de vida, segundo localização e sexo do chefe (em %)
Grande São Paulo, 1981

	GRANDE SP		CAPITAL		OUTROS MUN.	
	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.
Número de componentes						
1	1,8	18,7	1,9	21,1	1,3	9,8
2	14,3	25,2	14,7	25,7	13,4	23,3
3	18,7	18,5	19,5	20,3	16,9	12,2
4	24,2	17,1	24,3	14,6	23,9	26,6
5 e +	41,1	20,4	39,6	18,2	44,5	28,2
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Renda do chefe						
Não declarou	5,3	7,7	4,8	7,3	6,2	9,2
Até 2 sm	15,7	40,4	15,4	35,8	16,4	57,3
+ 2 a 5 sm	32,0	25,1	32,4	25,8	31,0	22,5
+ 5 a 10 sm	24,4	15,0	23,4	17,4	26,8	6,1
+ 10 sm	22,6	11,8	23,9	13,6	19,5	4,9
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Composição de parentesco						
Nuclear	78,6	42,7	77,2	43,6	8,8	39,1
Extensa	18,0	34,6	18,7	31,7	16,3	45,5
Composta	1,6	2,4	2,0	2,2	0,6	3,1
Outra	1,8	20,3	2,1	22,5	1,3	12,3
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ciclo de vida						
Chefe com - 45 anos	9,7	17,4	9,9	18,7	9,3	12,0
Filhos de - de 7 anos	37,5	9,3	36,4	6,5	40,0	19,7
Filhos de 7 a 14 anos	19,7	17,9	18,7	18,0	21,9	17,6
Filhos de 15 anos e +	22,4	34,3	24,1	33,2	18,7	38,3
Chefe com 45 anos e +	10,7	21,1	10,9	23,5	10,1	12,4
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL	2.456.533	401.577	702.396	316.465	754.137	85.111

Fonte: DIEESE, 1981

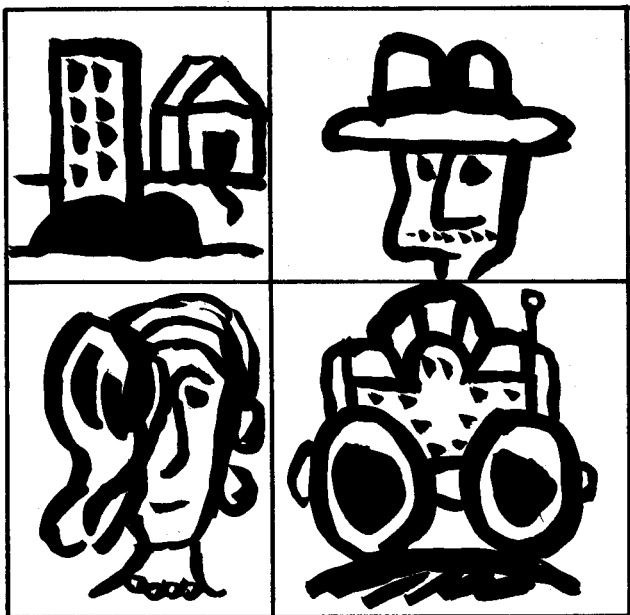
Como já constatado em inúmeros outros trabalhos, a chefia familiar por mulheres é um fenômeno em franca expansão, predominantemente urbano, dadas as maiores oportunidades de trabalho encontradas na cidade⁸ e, principalmente, associado à pobreza (ver por ex. Barroso, 1978). Os dados apresentados revelam que a relação entre chefia feminina e baixos níveis de rendimento persiste também na cidade de São Paulo, onde mais de 40% das unidades familiares encabeçadas por mulheres não ultrapassam a faixa de renda de dois salários mínimos, enquanto cerca de 16% das chefiadas por homens se encontram nesse caso. Mas os dados também mostram que as desigualdades de rendimento entre as famílias segundo o sexo do seu chefe são muito mais intensas fora da Capital, reproduzindo uma tendência, já observada em tabelas anteriores, que sugere a presença de condições econômicas mais favoráveis no centro de maior dinamismo. Esta afirmação, por outro lado, encontra apoio nos próprios dados, que revelam também a presença de um razoável percentual (31%) de famílias chefiadas por mulheres nas faixas mais

altas de renda (mais de 5 s.m.), somente na Capital. Este percentual difere consideravelmente daquele encontrado nas mesmas faixas de renda nos demais municípios, enquanto entre as famílias de chefia masculina tais diferenças não são constatadas. Esta observação sugere que a chefia feminina estaria também associada a novos padrões de comportamento. Estes, no entanto, ainda não conseguiram romper as desigualdades de gênero pois, como os dados também revelam, a renda das famílias de chefia masculina são superiores em todos os casos.

A posição desvantajosa das mulheres que são chefes, no que se refere à renda, pode ser explicada, em parte, por sua relativa falta de acesso aos empregos do setor formal. Por outro lado, as famílias chefiadas por mulheres são

8 A reprodução desta tendência para a Grande São Paulo se expressa nos diferentes percentuais de famílias chefiadas por mulheres na Capital, onde chegam a 15,7%, e nos demais municípios, onde não ultrapassam os 10,1%, quando a cifra global para toda a metrópole é de 14,1%.

compostas, geralmente, por crianças e velhos, o que dificulta o emprego de um segundo membro da família, estratégia que tem sido utilizada pelas outras famílias, para compensar a perda do poder aquisitivo do salário do chefe. Embora as famílias chefiadas por mulheres tenham, em média, um número menor de componentes, elas predominam entre as unidades familiares cujo arranjo inclui a presença de outros parentes, como pode ser constatado ainda na Tabela 7, que mostra o elevado percentual de famílias extensas com esse tipo de chefia, principalmente nos municípios periféricos da Grande São Paulo. A incorporação de outros parentes ao grupo familiar pode ser uma estratégia viável para enfrentar tanto dificuldades de ordem econômica quanto arranjos domésticos para o cuidado de filhos pequenos.



Mas a mesma tabela, confirmando dados anteriores, mostra também ser bastante significativa a presença de famílias unipessoais ou grupos (outro tipo) com chefia feminina, o que poderia fazer parte do mesmo processo observado por Altmann (1983), Berquó e Loyola (1984) de formação de novas uniões consensuais e de aumento de mulheres solteiras vivendo sós. Como se pode constatar, a incidência desse tipo de arranjo é muito mais freqüente na Capital do que nos demais municípios, sugerindo tanto oportunidades de trabalho mais diferenciadas, quanto a adoção de valores e estilos de vida mais "modernos".

O exame da última seção da Tabela 7, que relaciona as famílias paulistanas segundo o sexo do chefe e seu ciclo de vida, reforça essas suposições: a presença de chefes do sexo feminino sem filhos, tanto entre as mais jovens (menos de 45 anos), quanto entre as mais idosas (45 anos e mais), entre as quais encontram-se viúvas e separadas, é muito mais marcante na Capital do que nos demais municípios, enquanto entre as famílias encabeçadas por homens essas diferenças são inexistentes.

Essas tendências, no entanto, não devem obscurecer o fato de que, entre as famílias chefiadas por mulheres, predominam as que têm filhos e se encontram numa etapa

mais avançada do ciclo vital. O percentual relativamente elevado de famílias encabeçadas por mulheres com filhos pequenos, fora da Capital (19,7), em contrapartida, poderia ser explicado pela presença mais acentuada da rede de parentesco, que oferece maior suporte econômico e doméstico às mulheres que estão nessa condição.

Família paulistana e trabalho

É relativamente recente o predomínio de uma ótica de análise que focaliza a participação na população economicamente ativa não mais de indivíduos isolados, mas a partir de unidades domésticas ou famílias como núcleos sociais para a determinação da oferta (Jelín, 1983).

Uma das contribuições mais relevantes dessa nova forma de abordagem é a desmistificação da crença de que apenas o trabalho assalariado é capaz de suprir as necessidades do trabalhador e de sua família. Cada vez mais tem sido enfatizado que o emprego remunerado está longe de ser o único determinante do nível de vida e do bem-estar da população. A orientação é cada vez mais no sentido de mostrar que existe todo um conjunto de atividades, de natureza diversa, que se conjugam para a manutenção e reprodução das famílias. Há vários tipos de recursos aos quais a unidade doméstica ou seus membros, individualmente, podem ter acesso, com o objeto de satisfazer suas necessidades. O primeiro e mais importante é o ingresso monetário dos membros que trabalham com remuneração, seja através do emprego formal, assalariado ou não, seja através de atividades menos formalizadas, domiciliares ou externas, mas geradoras de rendimentos econômicos.

Outros recursos não-monetários porém, combinados com o salário ou com outras fontes de rendimento monetário, contribuem para a melhoria do padrão de vida das famílias. Entre eles estão os serviços públicos e sociais (como, por exemplo, a Previdência Social), cuja qualidade varia consideravelmente segundo o nível de desenvolvimento de cada região e os serviços sociais não administrados pelo Estado, mas por outras organizações como a Igreja ou os sindicatos.

Outros dois recursos, também não-monetários, são vitais para a maioria das famílias: a produção doméstica de bens e serviços e o uso de relações informais entre parentes, vizinhos e amigos, com os quais se estabelece uma rede de mútua colaboração. O que passa a ficar evidente é que, mesmo em economias caracteristicamente capitalistas, a subsistência diária e intergeracional das famílias está longe de se resumir no recebimento de salários, mas depende também de outras relações de trabalho e de relações puramente sociais.

Woortman (1984) argumenta que as atividades do setor informal da economia freqüentemente constituem mecanismos de acumulação e ascensão social das famílias trabalhadoras e podem ser muito convenientes para determinados membros do grupo, para os quais, dada a posição que nele ocupam, o exercício de atividades formais é extremamente difícil. Este é o caso da mulher casada e, principalmente da mãe, como constatamos em trabalho anterior (Bruschini, 1989), dada a extrema dificuldade em combinar um trabalho formal com as responsabilidades familiares. As atividades econômicas desempenhadas no chamado setor informal podem constituir também alterna-

tivas mais viáveis tanto para indivíduos mais velhos, para os quais a receptividade do mercado formal costuma ser menor, quanto para crianças e adolescentes, que podem assim combinar estudo e trabalho.

De qualquer forma, porém, os grupos domésticos costumam combinar, para sua manutenção e ascensão social, atividades econômicas nos setores formal e informal e atividades domésticas. Mas é fundamental que pelo menos um elemento do grupo desempenhe atividades econômicas no setor formal, para que todo ele possa vir a ter acesso a determinadas garantias e facilidades disponíveis apenas para os trabalhadores com registro em carteira (Woortman, 1984). Nesse caso serão designados para o trabalho formal os membros do grupo doméstico com melhores condições para assumi-lo, em razão da posição ocupada no núcleo familiar. Como são "liberados" das responsabilidades domésticas, os homens adultos — chefes, filhos maiores de 18 anos ou parentes — encontram-se mais disponíveis para o mercado do que as mães e as filhas. Essa distribuição, contudo, altera-se substancialmente quando há credenciais vantajosas de qualificação e preparo profissional

a serem apresentadas no mercado de trabalho. É o caso das mulheres casadas, mesmo sendo mães, cuja atividade econômica é muito mais elevada quando têm instrução superior e os rendimentos obtidos passam a compensar a saída do lar (Bruschini, 1989).

Nos dados levantados pela pesquisa DIEESE, o conceito de trabalho ou atividade econômica inclui a categoria designada de "biqueiros", na qual estão classificadas certas atividades econômicas informais ou "bicos", realizadas dentro ou fora de casa, geradoras de rendimentos. Esta categoria foi criada a partir de um quesito contido no questionário aplicado aos "inativos" ⁹, através do qual foi obtido um rol de atividades bastante diversificadas, como manicure, confecção de doces, costura, carregador de feira ou supermercado, lavagem de carros nas ruas etc., desempenhadas basicamente por mulheres, crianças e velhos. A

9 Perguntas 7 e 8 do questionário aplicado aos Inativos: "O Sr. (a) faz alguma coisa, algum produto ou serviço remunerado, para vender fora? Em que consistem esses produtos e/ou serviços?"

TABELA 8

Atividade econômica por posição na família
Grande São Paulo, 1981

LOCALIZAÇÃO DO DOMICÍLIO E POSIÇÃO NA FAMÍLIA	Situação ocupacional do sujeito						TOTAL
	ASSALARIADOS	INATIVOS	PATRÕES AUTÔNOMOS	DESEMPREGADOS	TRAB. FAMILIARES	BIQUEIROS	
Grande São Paulo							
Chefes	53,4	16,7	21,0	4,2	0,6	4,2	100,0 (2.858.720)
Cônjuges	16,2	62,4	7,2	5,1	1,1	8,1	100,0 (2.312.344)
Filhos	37,9	41,7	2,5	12,9	2,0	2,9	100,0 (3.580.718)
Outros*							
1.	49,4	21,5	7,5	13,3	1,5	6,8	100,0 (699.311)
2.	6,0	82,4	3,5	2,7	0,3	5,0	100,0 (314.475)
TOTAL	37,1	39,1	9,4	8,2	1,3	4,9	(9.756.725)
Capital							
Chefes	52,0	16,7	23,0	4,1	0,5	3,8	100,0 (2.019.088)
Cônjuges	17,5	61,2	7,0	5,0	1,1	8,1	100,0 (1.599.010)
Filhos	39,1	41,6	2,7	12,2	1,7	2,8	100,0 (2.418.841)
Outros*							
1.	54,0	19,0	7,5	13,8	1,5	4,2	100,0 (499.881)
2.	7,9	84,3	2,9	1,8	0,4	2,7	100,0 (238.481)
TOTAL	37,8	38,6	10,1	7,8	1,1	4,5	(6.775.465)
Outros municípios							
Chefes	56,8	16,6	16,2	4,6	0,7	5,0	100,0 (839.249)
Cônjuges	13,2	65,0	7,6	5,1	1,2	8,0	100,0 (712.022)
Filhos	35,6	41,9	2,0	14,5	2,7	3,2	100,0 (1.154.566)
Outros*							
1.	37,9	27,9	7,4	12,1	1,5	13,2	100,0 (199.429)
2.	-	76,5	5,6	5,6	-	12,3	100,0 (75.993)
TOTAL	35,5	40,2	7,8	9,1	1,6	5,8	(2.981.260)

Fonte: DIEESE, 1981.

* Observação: A categoria "outros" foi desdobrada nas seguintes subcategorias: 1. cunhados, tios, irmãos, primos, sobrinhos, genros e agregados; 2. pais, avós, sogros e netos.

TABELA 9

Taxas de atividade* por posição na família, localização e sexo
Grande São Paulo, 1981

POSICÃO NA FAMÍLIA	LOCALIZAÇÃO E SEXO		OUTROS MUNICÍPIOS		GRANDE SÃO PAULO	
	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
Chefes	87,0 (1.703.778)	63,3 (316.465)	85,1 (754.137)	68,6 (85.111)	86,4 (2.456.437)	64,4 (401.577)
Cônjuges	28,4 (10.737)	38,8 (1.586.511)	76,0 (8.947)	34,5 (703.075)	50,0 (19.684)	37,5 (2.287.853)
Filhos	65,9 (1.237.927)	50,5 (1.181.968)	64,4 (687.066)	48,8 (467.500)	65,4 (1.925.576)	50,0 (1.651.791)
Outros**	78,0	47,0	76,0	46,0	77,0	47,0
1.	90,0 (241.294)	72,0 (258.587)	82,0 (96.638)	63,0 (102.794)	88,0 (337.932)	70,0 (361.389)
2.	32,0 (64.935)	10,0 (16.578)	52,0 (21.516)	12,0 (54.477)	37,0 (86.450)	10,0 (228.024)
TOTAL	78,0 (3.257.702)	46,0 (3.517.763)	75,3 (1.568.304)	42,5 (1.412.956)	77,1 (4.826.006)	45,0 (4.930.719)

Fonte: DIEESE, 1981

* Inclui biqueiros e desempregados; os números são os totais de pessoas na posição, por sexo e localização.

** Ver observação na Tabela 8.

TABELA 10

Taxas de atividade das pessoas de 10 anos e mais, por localização, posição na família,
Idade dos filhos e renda do chefe
Grande São Paulo, 1981

LOCALIZAÇÃO, POSICÃO NA FAMÍLIA E IDADE DOS FILHOS	RENDA DO CHEFE	TOTAL	NÃO DECLAROU OU SEM RENDIMENTO	RENDA DO CHEFE				
				ATÉ 1 SM	DE 1 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	+ 10 SM
Grande São Paulo		60,8	60,8	57,6	64,5	64,5	58,6	55,8
Chefes		83,1	69,8	50,8	78,7	88,5	89,7	93,0
Cônjuges		37,5	31,8	45,0	43,2	39,9	33,5	33,0
Filhos								
de 10 a 14 anos		13,8	7,8	26,0	13,5	18,4	12,9	5,3
de 15 a 17 anos		62,1	74,1	82,3	70,2	71,5	56,0	35,3
de 18 anos e +		87,0	93,0	79,3	91,4	92,9	85,1	76,3
Agregados (PA ou NPA)*		59,7	78,4	60,0	71,3	62,2	47,2	37,8
Capital								
Chefes		83,1	72,8	51,9	78,6	88,5	88,5	91,3
Cônjuges		38,6	30,2	54,1	44,6	40,9	34,4	32,7
Filhos								
de 10 a 14 anos		11,4	7,5	24,9	8,6	20,0	9,4	2,4
de 15 a 17 anos		59,0	76,8	86,7	66,2	68,1	50,9	30,1
de 18 anos e +		86,9	94,2	87,7	89,6	91,8	86,6	73,8
Agregados (PA ou NPA)		60,1	86,8	54,0	76,1	59,6	48,8	40,2
Outros municípios								
Chefes		83,1	64,2	48,5	79,0	88,6	90,9	98,1
Cônjuges		34,9	34,3	30,7	39,8	37,5	31,7	33,7
Filhos								
de 10 a 14 anos		17,7	8,0	27,8	23,0	15,3	17,6	11,8
de 15 a 17 anos		69,1	70,3	71,0	82,1	78,5	65,5	47,6
de 18 anos e +		87,1	90,8	58,0	95,2	95,2	81,2	84,7
Agregados (PA ou NPA)		58,7	62,8	73,4	61,0	67,8	39,7	26,3

Fonte: DIEESE, 1981.

PA ou NPA = Parentes ou não parentes

TABELA 11

Taxas de atividade e distribuição dos ativos* de 10 anos e mais,
por posição na família, sexo e tipo de família
Grande São Paulo, 1981

POSIÇÃO NA FAMÍLIA, IDADE DOS QUE SÃO FILHOS E SEXO	TIPO DE FAMÍLIA			
	NUCLEAR	EXTENSA	COMPOSTA	OUTRO
Chefe	85,4 (43,9)	80,0 (29,9)	83,4 (25,2)	65,1 (65,8)
Masculino	86,9	84,6	85,5	83,9
Feminino	67,8	65,1	75,5	54,7
Cônjuge	37,0 (17,4)	41,3 (9,3)	35,0 (5,5)	
Masculino	43,3	100,0	35,0	
Feminino	36,9	40,9	-	
Filho				
de 10 a 14 anos	12,9 (3,1)	15,2 (1,4)	47,2 (4,2)	
Masculino	18,5	18,2	45,2	
Feminino	7,2	11,7	50,0	
de 15 a 17 anos	60,3 (9,9)	70,3 (5,7)	49,5 (3,8)	
Masculino	72,1	77,0	61,7	
Feminino	45,7	63,6	-	
de 18 anos e +	87,9 (25,4)	84,5 (23,1)	85,5 (14,4)	
Masculino	89,9	94,3	100,0	
Feminino	85,3	74,6	69,1	
Outra**		75,7	89,1	89,1
1.		(27,4)	(44,0)	(34,2)
Masculino		85,8	97,7	93,3
Feminino		66,1	79,1	85,9
2.		16,7 (3,3)	38,7 (3,0)	
Masculino		36,1	50,0	
Feminino		9,7	27,8	
TOTAL	59,6 (100,0) 4.094.796	62,5 (100,0) 555.469	73,3 (100,0) 158.193	72,1 (100,0) 129.950

Fonte: DIEESE, 1981.

* Indicada entre parênteses.

** Ver observação na Tabela 8.

TABELA 12

Taxa de atividade de chefes de família e cônjuges
por sexo e ciclo de vida
Grande São Paulo, 1981

POSIÇÃO NA FAMÍLIA E SEXO	CICLO DE VIDA				
	CHEFE COM - DE 45A..	FILHO DE - DE 7A.	FILHO DE 7 A 14A.	FILHO DE 15A. E +	CHEFE COM 45A.. E +
Chefe	96,6	97,2	89,6	67,9	53,7
Masculino	97,1	97,6	90,8	72,6	58,4
Feminino	95,1	87,1	81,8	49,1	39,4
Cônjuge	65,6	36,3	47,8	26,3	28,7
Masculino		64,5	100,0	21,9	16,5
Feminino	65,6	36,0	47,6	26,3	28,9

Fonte: DIEESE, 1981.

TABELA 13

**Taxas de atividade por posição na família, idade dos filhos e sexo
Grande São Paulo, 1981**

POSIÇÃO NA FAMÍLIA, IDADE DOS FILHOS E SEXO	SEXO DO CHEFE	
	MASCULINO	FEMININO
Chefe	86,4	64,4
Cônjuge	37,4	52,2
Filhos		
De 10 a 14 anos	13,2	17,1
Masculino	18,3	23,7
Feminino	8,0	9,7
de 15 a 17 anos	59,9	75,1
Masculino	70,3	87,9
Feminino	47,9	54,3
de 18 anos e +	86,6	88,9
Masculino	90,1	96,3
Feminino	82,3	79,7
Outros*		
1.	76,9	83,0
Masculino	87,8	87,8
Feminino	64,2	80,5
2.	13,5	31,9
Masculino	24,4	72,5
Feminino	9,6	12,5
TOTAL	60,1	66,8
	5.159.334	779.074

Fonte: DIEESE, 1981.

* Ver observação na Tabela 8.

inclusão deste tipo de atividade econômica, que mantém ocupadas 5% das pessoas da amostra (Tabela 8) na Grande São Paulo, amplia as taxas de atividade e o número de ocupados por família, quando se compara esta análise com outras que adotam o conceito de trabalho tal como aparece nos recenseamentos e em outras coletas oficiais. Na mesma tabela, a associação entre posição dos indivíduos na unidade familiar e tipo de atividade à qual se dedicam aparece com nitidez. Enquanto a maioria dos chefes de família é assalariada ou tem algum trabalho por conta própria¹⁰, mais da metade das cônjuges está classificada na categoria dos inativos. Parte das esposas, porém, além de suas obrigações com os afazeres domésticos, é assalariada ou tem algum tipo de atividade geradora de renda, ou bico.

A categoria "outros", que inclui parentes e amigos ou agregados vivendo no domicílio, foi desdobrada em dois subgrupos, na suposição de que as crianças e os idosos apresentassem estilos de participação muito diferentes dos demais¹¹.

A tabela revela que a porcentagem de inativos quase atinge a totalidade entre os idosos e as crianças. Já os agregados e os outros parentes, talvez mais jovens e com mais disponibilidade para o trabalho, apresentam porcentagem bem mais elevada de assalariados. Não é desprezível, contudo, a contribuição dos "outros" elementos das famílias paulistanas na obtenção de recursos econômicos através da realização de bicos.

Embora a estrutura familiar atue na determinação das formas de participação econômica de seus membros, no entanto, diferenças devidas à estrutura do mercado não podem, evidentemente, ser deixadas de lado. Na abordagem aqui realizada, procuramos apreender a atuação de

fatores estruturais através da comparação dos dados obtidos sobre a Capital e sobre os demais municípios da Grande São Paulo. A Tabela 8 revela ainda diferenças entre o mercado de trabalho da Capital, com maior presença de assalariados e trabalhadores autônomos, e o das regiões circunvizinhas, onde o desemprego e a realização de bicos é algo maior. As diferenças, contudo, são marcantes apenas no grupo dos parentes ou agregados das famílias: estes, quando moram na Capital e podem trabalhar, encontram trabalho assalariado em sua maior parte. Já nos demais municípios a porcentagem de assalariados nesse grupo é menor, enquanto cresce consideravelmente o percentual de biqueiros entre todos os parentes e agregados.

No grupo das cônjuges, contudo, não há diferença entre a situação da Capital e os municípios periféricos, mesmo quando elas realizam bicos, o que sugere que os efeitos da condição feminina podem até superar os da estrutura de mercado, a não ser quando há boas oportunidades de trabalho, como na Capital, onde o percentual de cônjuges assalariadas é mais elevado.

À posição na família deve-se necessariamente acrescentar o sexo como variável que condiciona a participação em atividades econômicas. A Tabela 9 apresenta as taxas de atividades dos elementos da família segundo a posição que nela ocupam, o sexo e a localização do domicílio. Embora a participação econômica dos indivíduos do sexo masculino seja sistematicamente mais elevada, essa diferença ocorre em virtude da não-inclusão do trabalho doméstico, de responsabilidade prioritariamente feminina, como atividade econômica.

Os parentes ou agregados do sexo masculino, mais jovens e com maior disponibilidade para o trabalho (outros 1) são os que apresentam as taxas mais elevadas de atividade, sobretudo na Capital, se comparadas aos demais municípios. É provável que um mercado de trabalho mais dinâmico na Capital seja responsável pela atração exercida sobre outros elementos que se agregam ao núcleo familiar. Mas nos demais municípios as taxas também são elevadas, ainda que o mercado não seja tão favorável. Pode-se supor, nesse caso, uma maior ocorrência de trabalho informal, do gênero bico, como sugere a taxa mais alta (52%) de participação dos idosos nos municípios circunvizinhos.

Excetuando-se o grupo dos "outros" cuja presença, em números absolutos, é relativamente pequena, a maior participação é a dos chefes. Embora relativamente menor do que a dos chefes do sexo masculino, as mulheres que chefiam famílias apresentam taxas elevadas (mais de 60%), superadas apenas pelas parentes jovens, na Capital.

Os filhos apresentam também uma participação bastante elevada, mas quando se desagregam as faixas etárias (Tabela 10) notam-se diferenças marcantes: enquanto a participação dos filhos adultos (18 anos e mais) ultrapassa a dos chefes, e dos adolescentes (15 a 17 anos) fica em torno de 60%, as crianças de 10 a 14 anos apresentam taxas

10 Note-se, contudo, que é consideravelmente elevada (quase 17%) a porcentagem de chefes inativos em toda a região metropolitana.

11 Nada garante, é verdade, que os cunhados, tios, irmãos, primos, sobrinhos, genros e agregados não sejam também idosos ou crianças, mas o corte foi feito tomando aqueles membros do grupo (pais, avós, sogros e netos) que, com maior certeza, apresentariam essas características.

de atividades inferiores. Note-se porém, que a atividade econômica das crianças é um pouco mais intensa fora da Capital, provavelmente pela presença menos marcante da escola.

O exame da participação econômica segundo faixas de renda, ainda na Tabela 10, mostra que a atividade dos chefes de família aumenta significativamente nas faixas superiores a um salário mínimo de renda do chefe, o que poderia ser explicado pelo menor número de oportunidades de emprego que os chefes encontram quando são mais pobres.

No caso das cônjuges, a relação observada entre atividade e renda difere da encontrada em outros estudos que apontam um aumento da participação econômica das cônjuges nas faixas mais elevadas de renda, provavelmente em virtude da escolarização mais elevada (IBGE, 1979, por exemplo). A Tabela 10, ao contrário, mostra uma tendência ao declínio da participação da conjuge quando a renda do chefe é mais elevada. A ampliação do critério para medir a atividade econômica, com a inclusão dos "biqueiros", poderia estar atuando na ampliação das taxas de atividade das esposas, o que se daria principalmente nas faixas de renda inferiores, nas quais a pressão econômica seria maior¹². Em qualquer faixa de rendimento, no entanto, as taxas de atividade observadas são muito superiores às que encontramos para o Brasil (20,0) e Estado de São Paulo (22,3) com dados do Censo Demográfico de 1980 (Bruschini, 1985). A inclusão dos biqueiros por outro lado, certamente não responde, por si só, por estas alterações, pois diferenças entre as taxas da Capital e as dos municípios periféricos da Grande São Paulo indicam também a presença de um mercado mais dinâmico na primeira região: vejam-se, por exemplo, as taxas das cônjuges dos que ganham até um salário mínimo, muito mais elevadas na Capital (54,1%) do que na periferia (30,7%).

O declínio das taxas de atividade nas faixas de renda superiores ocorre, porém, com maior intensidade entre os filhos dos que ganham mais de 5 salários mínimos, principalmente na Capital e entre os filhos menores (10 a 14 anos).

A extensão da atividade dos elementos que compõem o grupo familiar sofre também alterações significativas em função do tipo de estrutura familiar, sobretudo entre as mulheres, as crianças e os idosos (Tabela 10). Os chefes, filhos maiores de 18 anos e parentes mais jovens (outros 1) são os mais "ativos", seguidos pelos filhos adolescentes (15 a 17 anos) e pelas esposas. Diferenças significativas ocorrem, porém, entre as taxas de participação econômica de indivíduos inseridos em estruturas familiares diversas: em primeiro lugar é nas famílias compostas que as mulheres chefes de família apresentam as taxas mais elevadas. Fato semelhante ocorre, porém com maior intensidade, com as crianças de 10 a 14 anos de um e outro sexo, que trabalham muito mais nesse tipo de estrutura familiar. Também entre os agregados mais idosos (outros 2) as taxas são mais elevadas nas famílias compostas.

O que se pode deduzir é que a composição do grupo doméstico mantém uma associação estreita com a estrutura social produtiva. Esta relação é tanto necessária, na busca de recursos que satisfaçam às necessidades econômicas e domésticas do grupo, quanto possível, em virtude dos determinantes demográficos da composição da unidade familiar.

Examinando, na tabela, a distribuição dos ativos, constata-se que as famílias nucleares dependem do trabalho do chefe, do filho maior de 18 anos e em seguida da conjuge; nas extensas o chefe compartilha sua responsabilidade com outro parente (irmão, cunhado, sobrinho etc.) e com o filho maior de 18 anos. Nas compostas a responsabilidade econômica maior fica a cargo de um outro membro do grupo, parente ou não, proporcionalmente mais "ativo" do que o próprio chefe. Nos outros tipos de estrutura familiar, a atividade econômica corre por conta do chefe e de um agregado ou parente residindo no domicílio.

Mas a atividade econômica dos indivíduos, quando observados em sua inserção em unidades familiares, também apresenta alterações substantivas segundo o estágio do ciclo familiar. A Tabela 12 mostra o declínio da atividade do chefe de família ao longo dos sucessivos estágios. No caso da mulher chefe de família os declínios são mais abruptos quando ela passa a ser mãe (de 95,1% entre chefes de menos de 45 anos sem filhos, a atividade cai para 87,1% quando há filhos menores de 7 anos) e quando os filhos maiores de 14 anos passam a substituí-la (de 81,8% para 49,1%).

É entre as cônjuges que o ciclo de vida familiar revela com maior nitidez seus efeitos. Suas taxas de atividade caem quase pela metade quando elas passam a ter filhos, aumentam quando eles crescem um pouco e declinam novamente quando os filhos podem substituí-las, após os 14 anos.

Os efeitos da estrutura demográfica da família nas estratégias do grupo para obter os recursos necessários podem ser constatados também pela observação das taxas de atividade em famílias de chefia masculina ou feminina. Na Tabela 13 constata-se que os filhos trabalham mais nas famílias chefiadas por mulheres, principalmente quando são adolescentes (15 a 17 anos), pois os filhos adultos (18 anos ou mais) apresentam altas taxas de atividade qualquer que seja o sexo da chefia conjugal. A participação dos outros membros do grupo familiar, parentes ou amigos, não-idosos (subgrupo 1) nas famílias encabeçadas por mulheres é também bastante relevante. E, nesse caso, a diferença ocorre somente quando o parente também é do sexo feminino. Mesmo quando são mais idosos, porém, os parentes e agregados (subgrupo 2) apresentam taxas de atividade muito superiores quando a chefia familiar está a cargo de uma mulher, o que indica a necessidade de colaborarem efetivamente para o orçamento do grupo.

Na ausência do chefe do sexo masculino, e tendo em vista o menor número de oportunidades de trabalho existente para as mulheres e a baixa remuneração obtida em seu trabalho, mobiliza-se todo o grupo familiar, inclusive velhos e crianças. O predomínio de famílias extensas, observada na primeira parte deste trabalho, entre as encabeçadas por mulher, possibilita esta articulação.

Ao fazer uso de um critério mais abrangente para captar a atividade econômica, como foi feito pelo DIEESE neste estudo, torna-se mais evidente que a maior parte das pessoas da família, de uma forma ou de outra, trabalha. Em praticamente a metade das famílias da Grande São Paulo,

12 A utilização do critério *renda do chefe* poderia também justificar diferenças em relação a outros trabalhos que fazem uso da variável *renda familiar*. Nesse caso, dada a contribuição da própria esposa à renda da família, quanto mais elevada sua atividade, mais alta seria a renda.

TABELA 14

Distribuição das famílias por número de pessoas ocupadas segundo o tamanho da família (em %) Grande São Paulo, 1981

NÚMERO DE COMPONENTES	NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NA FAMÍLIA				TOTAL
	NENHUMA	UMA	DUAS	TRÊS E +	
1	42,9	57,1	-	-	100,0
2	22,5	48,8	28,7	-	100,0
3	4,0	26,4	47,4	22,2	100,0
4	1,8	11,5	27,3	59,4	100,0
5	0,9	4,7	16,3	78,1	100,0
6	-	5,4	21,1	73,5	100,0
7 a 10	0,5	0,9	4,7	93,8	100,0
11 e +	-	-	-	100,0	100,0
TOTAL	6,7	19,1	24,9	49,3	100,0
	191.819	544.574	711.695	1.410.023	2.858.110

Fonte: DIEESE, 1981.

TABELA 15

Distribuição das famílias por número de pessoas ocupadas segundo a renda do chefe (em %) Grande São Paulo, 1981

RENDA DO CHEFE	NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NA FAMÍLIA				TOTAL
	NENHUMA	UMA	DUAS	TRÊS E +	
Não tem/Sem Decl.	9,2	19,9	25,1	45,8	100,0
até 2 SM	15,2	20,3	20,6	43,9	100,0
+ 2 a 5 SM	4,4	13,4	25,2	57,0	100,0
+ 5 a 10 SM	5,2	20,3	27,6	46,8	100,0
+ 10 SM	3,4	24,5	25,4	46,7	100,0
TOTAL	6,7	19,1	24,9	49,3	100,0
	191.819	544.574	711.695	1.410.023	2.858.110

Fonte: DIEESE, 1981.

três pessoas ou mais se encontravam ocupadas por ocasião da pesquisa. Além disso, quanto maior o grupo familiar, maior o número de pessoas engajadas em algum tipo de atividade econômica. Na Tabela 14 observa-se que existe uma clara associação entre o tamanho da família e o número de ocupados. Nos grupos mais amplos, com mais de sete elementos, praticamente toda a família trabalha. A associação anteriormente apontada entre estas famílias muito numerosas e baixos níveis de rendimento indica que a pressão da necessidade econômica impulsiona todos os elementos das unidades domésticas para uma atividade produtiva.

Os efeitos da renda, de fato, não são nada desprezíveis na determinação do número de pessoas do grupo que vão trabalhar: de modo geral, nas faixas de rendimento mais elevado costuma ser maior a presença de famílias com uma só pessoa ocupada e, inversamente, declina o percentual

daquelas que contam com três ou mais pessoas ocupadas (Tabela 15).

Por outro lado, o trabalho dos vários elementos da família traz uma contribuição importante para o rendimento familiar, principalmente nas camadas menos favorecidas. O exame da Tabela 16 reflete algumas tendências: em primeiro lugar a de que, quanto mais elevada a renda, maior o número de chefes que por ela se responsabilizam inteiramente, prescindindo dos rendimentos obtidos pelo trabalho dos demais membros do grupo. Ainda assim, mesmo na faixa mais elevada (10 s.m. ou mais) só a metade dos chefes está nesse caso. Além disso, como observou Madeira (1984), também baseada em dados da pesquisa DIEESE, entre os chefes mais jovens é que é maior a proporção dos que arcam sozinhos com o sustento das famílias, que se encontram em fase de procriação, quando

é mais difícil a participação da esposa e dos filhos. Entre os chefes mais velhos, essa proporção declina consideravelmente.

A segunda tendência a ser apontada é a de que, nas faixas mais baixas, os filhos têm presença marcante na renda familiar, mas sua colaboração no montante dela é superada pela da cônjuge. Entre as famílias cujo chefe ganha até um salário mínimo, por exemplo, mais de um quarto (25,6) das cônjuges contribui com mais de 40% para a composição da renda da família, enquanto 20% dos filhos se encontram nesse caso. Já nas faixas mais altas a contribuição das esposas no total da renda declina consideravelmente.

No exame da Tabela 16, ressalta também a importância da presença de parentes ou agregados no núcleo conjugal. Eles contribuem com seus rendimentos, perfazendo boa parte da renda familiar nas famílias mais pobres, nas quais o montante que aportam é superior ao da esposa e ao dos

filhos. No entanto, como se recorda, é relativamente pequeno o número de parentes ou agregados nos domicílios das famílias paulistanas. Além disso, sua contribuição econômica é mais relevante entre os agregados supostamente mais disponíveis para o trabalho, que são os englobados na categoria "outros 1", pois os demais, mais idosos (avós, sogros ou pais do chefe) ou crianças (netos do chefe) contribuem bem menos.

No entanto, mesmo contribuindo para o orçamento doméstico, os rendimentos obtidos pelos outros membros do grupo familiar que trabalham (filhos, parentes e esposa) representam parcela relevante da renda do chefe apenas quando esta é consideravelmente baixa (até 2 s.m.), como se constata na Tabela 17. Caso contrário, a contribuição das esposas, filhos e demais elementos do grupo familiar em relação à renda do chefe assume caráter unicamente complementar, o que não significa, obviamente, que ela seja destituída de importância. Se nas camadas mais po-

TABELA 16

Contribuição individual (em %) das pessoas de 10 anos ou mais para o rendimento familiar mensal, segundo a renda do chefe e a posição na família
Grande São Paulo, 1981

RENDA DO CHEFE E POSIÇÃO NA FAMÍLIA	CONTRIBUIÇÃO (%)					
	0	até 20	21 a 40	41 a 60	61 a 99	100
Sem renda/não declarado						
Chefe	43,7	56,3				
Cônjuge	73,4	3,0	8,4	1,4		13,7
Filhos	57,7	10,3	12,6	10,1	3,4	6,0
Outros 1	28,0	42,9	11,2	3,3	6,2	8,4
Outros 2	52,4	3,7	9,0			35,0
Até 1 SM						
Chefe		41,2	17,6	6,2	4,5	30,5
Cônjuge	55,4	11,9	7,0	12,3	13,3	
Filhos	47,4	14,3	19,6	8,2	10,9	
Outros 1	47,0	4,4	19,6	10,8	18,1	
Outros 2	57,1	23,0	8,2		11,7	
De + 1 a 2 SM						
Chefe		11,8	26,0	21,8	8,6	31,8
Cônjuge	66,2	6,2	9,9	15,8	2,0	
Filhos	56,7	13,5	17,6	8,2	4,0	
Outros 1	35,4	5,6	24,4	14,7	17,6	2,3
Outros 2	63,7	10,2	10,2	11,9	4,0	
De + 2 a 5 SM						
Chefe		2,1	16,8	21,3	23,1	36,6
Cônjuge	64,4	16,3	9,7	8,2	1,4	
Filhos	64,6	14,8	15,3	3,8	1,4	
Outros 1	36,2	22,7	27,4	9,8	2,6	1,3
Outros 2	62,5	27,2	9,6	0,7		
De + 5 a 10 SM						
Chefe		0,9	6,9	15,6	29,9	46,8
Cônjuge	71,8	13,8	8,9	5,0	0,6	
Filhos	69,5	15,1	11,8	3,1	0,5	
Outros 1	35,7	25,1	21,0	9,3	3,9	4,9
Outros 2	46,4	41,3	8,1	3,5	0,8	
De + de 10 SM						
Chefe		0,2	2,1	7,8	39,7	50,3
Cônjuge	69,1	15,6	12,2	2,6	0,4	
Filhos	75,0	20,0	4,3	0,6	0,1	
Outros 1	29,6	38,5	18,8	7,0	3,8	2,3
Outros 2	44,9	51,4	2,4	1,3		

Fonte: DIEESE, 1981.

TABELA 17

O que representa a renda individual de pessoas da família (de 10 anos ou mais)
em relação à renda do chefe (em %)
Grande São Paulo, 1981

RENDA DO CHEFE	TAXA DO QUE REPRESENTA A RENDA INDIVIDUAL DE PESSOAS DA FAMÍLIA, FRENTE À RENDA DO CHEFE EM %						
	CHEFE NTR*	PESSOA NTR*	ATÉ 20	21 A 40	41 A 60	61 A 99	100 E +
Ntr/n.decl.	56,3	43,7					
Chefe	100,0						
Cônjuge	26,6	73,4					
Filhos	42,3	57,7					
Outros 1	72,0	28,0					
Outros 2	47,6	52,4					
Até 1 SM		35,8	1,4	0,5	1,2	1,6	59,6
Chefe							100,0
Cônjuge		55,4	1,8	2,7	1,2	5,8	33,1
Filhos		47,0	1,3		1,2	0,7	49,9
Outros 1		47,0			1,6	2,7	48,7
Outros 2		57,1	11,7		8,2	4,1	18,8
De + 1 a 2 SM		42,4	3,1	1,8	1,4	7,9	43,4
Chefe							100,0
Cônjuge		66,2	2,5	3,3	2,3	17,7	8,0
Filhos		56,7	5,8	2,1	1,5	7,7	26,2
Outros 1		35,4			1,9	15,8	46,9
Outros 2		63,7			4,7	6,9	17,9
de + 2 a 5 SM		46,2	4,8	5,8	5,7	7,0	30,5
Chefe							100,0
Cônjuge		64,4	9,4	7,7	5,7	7,0	5,8
Filhos		64,6	4,0	6,6	8,2	8,7	7,8
Outros 1		36,2	6,2	11,0	9,9	20,9	15,8
Outros 2		62,5	16,5	11,9	4,0	1,2	3,9
De + 5 a 10 SM		48,6	6,8	6,3	3,9	3,9	30,4
Chefe							100,0
Cônjuge		71,8	10,2	6,1	3,9	4,5	3,6
Filhos		69,5	6,7	9,3	5,1	4,9	4,6
Outros 1		35,7	9,4	14,7	14,4	15,7	10,1
Outros 2		46,4	32,3	10,8	5,5	3,2	1,8
De + de 10 SM		49,6	11,3	5,5	2,3	1,5	29,8
Chefe							100,0
Cônjuge		69,1	13,2	8,0	4,5	3,4	1,8
Filhos		75,0	14,7	6,5	2,1	1,0	0,6
Outros 1		29,6	22,5	19,9	9,4	7,8	10,6
Outros 2		44,9	45,2	6,0	1,1		2,7

Fonte: DIEESE, 1981.

* Chefe que não tem renda e pessoa que não tem renda.

bres ela pode significar a própria condição de sobrevivência, nas mais favorecidas ela pode propiciar melhor nível de consumo e de qualidade de vida.

CONCLUINDO

Apesar de suas inegáveis vantagens — como a possibilidade de traçar um amplo retrato da família brasileira, passível de comparações no tempo e no espaço — os estudos de família que, via de regra, recorrem a fontes censitárias, apresentam uma série de limitações. Talvez a mais importante delas seja sua incapacidade de captar a dinâmica interna na unidade familiar e de obter dela um retrato vivo e cambiante. Esses objetivos, porém, talvez só

possam ser alcançados em estudos microsociais, através da perspectiva antropológica e da metodologia qualitativa.

A análise de dados censitários para o Brasil e para o Estado de São Paulo introduz, como um amplo cenário, os dados da pesquisa DIEESE, através dos quais descreve-se a família paulistana. Esta é predominantemente nuclear, tal como nas demais regiões do país, mas não é desprezível o percentual daquelas que contam com a presença de um parente morando sob o mesmo teto. Arranjos familiares diversificados ("outra"), por outro lado, parecem encontrar ambiente mais receptivo na Capital, em relação aos demais municípios da Grande São Paulo. A maioria das famílias paulistanas é jovem, em fase de expansão e tem, em média, 4,1 elementos. O tamanho da unidade familiar, porém, é uma variável dinâmica, que oscila significativamente tanto

por influência de fatores demográficos quanto de condicionantes econômicos. As alterações no tamanho da unidade familiar em cada momento de seu ciclo demonstram a inter-relação entre as múltiplas variáveis que determinam os arranjos familiares. De 2,5 membros em média no período de formação, a família "cresce" para cerca de 5 quando tem filhos e depois "diminui" até chegar à fase de dispersão, quando os filhos saem do domicílio. Da mesma forma, composição do grupo familiar e tamanho do núcleo estão indissoluvelmente ligados, as famílias extensas ou compostas tendendo a ser maiores do que as nucleares, pela incorporação de outros membros ao núcleo conjugal. As famílias chefiadas por mulheres, por outro lado, costumam ser mais reduzidas do que aquelas cuja chefia é masculina. Como ocorre nas demais regiões do país, a presença de famílias encabeçadas por mulheres está predominantemente associada a situações de extrema pobreza, pela ausência do provedor masculino e pela maior discriminação que a mulher encontra quando procura trabalho. Os dados analisados, no entanto, mostram que entre as famílias chefiadas por mulheres há também um percentual considerável de domicílios unipessoais, principalmente na Capital, sugerindo tanto oportunidades mais diversificadas de trabalho encontradas pela mulher, quanto novos padrões de comportamento, provocando maior receptividade à mulher sozinha constituindo um lar.

Em suma, as variáveis demográficas que condicionam os diferentes arranjos das unidades domésticas estão intimamente inter-relacionadas. Ao se focalizar, não mais indivíduos isoladamente, mas sim grupos de pessoas vivendo juntas a partir de laços de parentesco, é preciso levar sempre em conta a composição que esse grupo assume, a cada etapa do seu ciclo de vida.

Por outro lado, qualquer que seja a forma assumida, ou o momento do ciclo em que se encontra, tal grupo não está isolado de um contexto social mais abrangente, mas ao contrário, encontra-se em constante articulação com o espaço social. Fatores sócio-econômicos atuam significativamente sobre o grupo familiar, gerando novos arranjos, atuando sobre seu tamanho, provocando a entrada de alguns membros ou a saída de outros. O efeito será tão mais intenso quanto mais "vulnerável" estiver o grupo naquele momento, como por exemplo, quando há maior número de dependentes, como nas famílias em expansão, ou quando um dos provedores está ausente, como é o caso das unidades encabeçadas por mulheres.

A análise da participação dos membros do grupo doméstico em atividades econômicas mostra que a posição ocupada no núcleo determina, em parte, a natureza da atividade que será desempenhada. Assim, enquanto as mulheres casadas, sobretudo as que têm filhos, os velhos, as crianças e os adolescentes serão preferencialmente engajados em atividades domésticas ou as inseridas no chamado setor informal da economia, os chefes de família, os filhos já adultos e os jovens parentes serão recrutados preferencialmente para o trabalho formal, regido por leis e contando com sistema de garantias.

A ampliação do conceito de atividade econômica, nos dados do DIEESE, pela inclusão da categoria dos "biqueiros", por outro lado, permite constatar com mais clareza de que forma todo o grupo doméstico se articula para suprir suas necessidades, levando em conta as possibilidades decorrentes do sexo, idade e posição dos indivíduos no grupo familiar, as necessidades decorrentes de sua situação sócio-econômica e a estrutura de mercado disponível na região.

A análise das taxas de atividade dos indivíduos revela diferenças significativas em seus níveis de participação econômica conforme as estruturas familiares nas quais se inserem: enquanto as famílias nucleares dependem basicamente do trabalho do chefe, nas extensas este compartilha suas responsabilidades com outro parente; já nas compostas o maior encargo está nas mãos de um agregado do núcleo conjugal. Quando as famílias são chefiadas por mulheres, todo o grupo familiar se mobiliza, trabalhando velhos, crianças e adolescentes.

A atividade econômica dos indivíduos passa também por alterações profundas ao longo dos sucessivos estágios da vida familiar na qual se inserem. Os chefes diminuem seus níveis de atividades com o tempo, mas é sobre o trabalho das cônjuges que o ciclo vital atua nitidamente, provocando sua abrupta "retirada" da atividade econômica quando a família se expande pela chegada dos filhos.

A maior parte das pessoas da família paulistana trabalha. A adoção de um critério mais abrangente de atividade econômica, como fez o DIEESE, torna mais claro este fato. Esposas, filhos, parentes e agregados de uma forma ou de outra contribuem para o orçamento, mas só nas famílias mais pobres é que essa contribuição representa proporção relevante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, A.M.G. A demografia "formal" da família: técnicas e dados censitários. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4. Águas de São Pedro, 1984. *Anais...* São Paulo, ABEP, 1984a.

_____. Estructura familiar y transición demográfica: el caso de Brasil. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE POBLACIÓN Y DESARROLLO. México, 1983. *Memórias del...* México, UNAM/PISPAL, 1983.

_____. A estrutura familiar na região Sudeste do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4. Águas de São Pedro, 1984. *Anais...* São Paulo, ABEP, 1984b. p.1923-45.

_____. A informação de família no censo demográfico. In: SEMINÁRIO METODOLÓGICO DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS. *Censos, consensos, contra-sensos*. Ouro Preto, ABEP, 1984c.

BARELLI, W. & ANDRAUSS, A. Pesquisa de padrão de vida e emprego na Região Metropolitana de São Paulo: população economicamente ativa e situação ocupacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3. Vitória, 1982. *Anais...* São Paulo, ABEP, 1982. p.11-29.

BARROSO, C. Direitos reprodutivos: a realidade social e o debate político. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (62):52-9, ago. 1987.

_____. Sozinhas ou mal acompanhadas. A situação das mulheres chefes de família. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1. Campos do Jordão, 1978. *Anais...* p. 457-73. Campos do Jordão, ABEP, 1978.

BERQUÓ, E.S. & LOYOLA, M.A. União dos sexos e estratégias reprodutivas do Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, 1 (1/2):35-98, jan./dez. 1984.

- BRUSCHINI, C. *Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo*. São Paulo, 1986. Tese (doutor.) FFLCH/USP.
- _____. *Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher*. São Paulo, Nobel/CECF, 1985.
- _____. *Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta: algumas comparações regionais*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1989. (Textos FCC, 1).
- _____. Uma abordagem sociológica de família. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, ABEP, 6 (1) jan. 1990.
- BRUSCHINI, M.C. & MADEIRA, F.R. A família, a estrutura social e as formas de participação na produção social. *Cadernos CERU*. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, (18) maio 1983.
- CASTELLO BRANCO, H.A. *Família: indicadores sociais*. Rio de Janeiro, DEISO/IBGE, 1989. mimeo.
- DIEESE. Pesquisa padrão de vida, emprego e desemprego na Grande São Paulo. São Paulo, 1981. (fitas)
- FUNDAÇÃO SEADE. *Análise demográfica regional: Grande São Paulo*. São Paulo, 1983.
- GARCIA, B. et al. *Familia y mercado de trabajo: un estudio de dos ciudades brasileñas*. México, El Colegio de México, 1983.
- _____. *Hogares y trabajadores en la ciudad de México*. México, El Colegio de México, 1982.
- IBGE. *Censo demográfico: famílias e domicílios; Brasil, 1980*. Rio de Janeiro, 1983. v.1 T.6 N.1.
- _____. *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE/UNICEF, 1979.
- IUPERJ. *A mulher na força de trabalho na América Latina: relatório geral do Seminário*. Rio de Janeiro, 1979.
- JELÍN, E. Familia, unidad doméstica y división del trabajo: que sabemos? Hacia dónde vamos? In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE POBLACIÓN Y DESARROLLO. México, 1983. *Memórias del...* México, UNAM/PIS-PAL, 1983. p. 645-74.
- LOPES, V.F. La familia como unidad de estudio demográfico. In: LA FAMILIA en el Brasil, según el Censo de población de 1960. Costa Rica, 1976.
- MADEIRA, F.R. *A integração trabalho-escola na vida do menor: relatório técnico de pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1984.
- OLIVEIRA, M.C.F.A. Algumas notas sobre o "ciclo vital" como perspectiva de análise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2. Águas de São Pedro, 1980. *Anais...* São Paulo, ABEP, 1980. p. 617-42.
- _____. *Notas acerca da família nos estudos demográficos*. Friburgo/Rio de Janeiro, 1981. mimeo. [Trabalho apresentado no V Encontro Anual da ANPOCS.]
- OLIVEIRA, M.C. & BERQUÓ, E. *A família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes*. Caxambu, 1989. mimeo. [Trabalho apresentado ao XIII Encontro Anual da ANPOCS.]
- PARSONS, T. & BALES, R.F. *Family, socialization and interaction process*. Glencoe, Free Press, 1955.
- PASTORE, J. et al. *Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980; o que ocorreu com a família brasileira?* São Paulo, Pioneira/ FIPE, 1983.
- WOORTMANN, K. A família trabalhadora. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, ANPOCS/Cortez, 1984. p. 69-87.